

GT 18 Filosofia da Educação**PROFESSORES DE EJA NO SISTEMA PRISIONAL EM PROCESSO DE
FORMAÇÃO: MEMÓRIA DA PRAXIS.**Maria das Dores Alves Souza¹Maria José Barbosa²

Ninguém caminha sem aprender a caminhar; sem aprender a fazer o caminho caminhando; sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pós a caminhar. (FREIRE)

A Formação inicial e continuada de professores na área de educação de jovens e adultos e mais especificamente, para a docência em sistema prisional constitui-se um desafio as instituições formadoras. Em geral, os currículos dos cursos de pedagogia e das licenciaturas não contemplam disciplinas e/ou áreas do conhecimento que possibilite formação político-pedagógica e humana aos profissionais para a atuarem em realidade socioeconômica, política e cultural de tantas especificidades pedagógicas e sociais como é o caso das escolas no sistema prisional. Neste contexto, o desafio da formação específica é adiado para a formação continuada.

A proposta deste trabalho é, portanto, desenvolver uma memória sobre o percurso do curso de especialização em EJA para Professores do Sistema Prisional, na perspectiva de compreender criticamente as possibilidades, limites e desafios desta ação de formadora visando contribuir na formulação de proposições para nortear a formação continuada de professores de EJA no sistema prisional. Para tanto, nos referenciamos nos relatórios do

¹ Profª Ms. do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora do Núcleo de EJA História e Memória – UFC. Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Ceará. Email: professoradorinhaalves@yahoo.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do Núcleo de EJA História e Memória – UFC. Coordenadora Pedagógica do curso de EJA para Professores do Sistema Prisional. Email: sampa.ce@uol.com.br

curso, registros de sala de aula, percepções dos professores formadores das disciplinas Sujeitos da EJA, Estratégias Metodológicas da EJA, Formação de Professores na EJA, percepções dos professores cursistas e diagnóstico da turma.

A ORIGEM DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Nos anos de 2005 e 2006 os Ministérios da Justiça e da Educação brasileiro realizaram gestões para que fosse instituído um Grupo de Trabalho para a discussão de estratégias de fortalecimento da oferta de educação básica nos estabelecimentos penais do país. O projeto Educando para Liberdade foi uma ação articulada entre os Ministérios da Educação e da Justiça do Brasil, a UNESCO e o governo japonês com diversas dimensões de atuação, que se concretizavam por meio de um conjunto de intervenções, com finalidade, objetivos, prazos, meios, forma e área de atuação bem determinados e especificados.

Para isso foram realizados Seminários sobre Educação nas Prisões (regionais e nacional), onde participavam juízes, promotores de justiça, diretores de unidades prisionais, agentes prisionais, técnicos dos ministérios de educação e da justiça, técnicos das secretarias estaduais de educação e de justiça, agentes prisionais e educadores que atuam no sistema. Destas interlocuções ficaram evidenciadas diversas dificuldades para o desenvolvimento da educação em ambientes de restrição de liberdade, dentre elas a formação de todos os segmentos que atuam no sistema prisional para que a escolarização se desenvolvesse dentro das unidades. Segundo relato da UNESCO:

Os seminários eram vistos, pois, como espaços com dupla utilidade. De um lado, serviriam para a coleta de subsídios para uma política pública de orientação nacional para a educação nas prisões. De outro, serviriam para forjar novos pactos entre as equipes dos estados sede e/ou inspirar movimentos semelhantes nos estados vizinhos.(UNESCO, 2008)

O desenvolvimento do Projeto se deu durante o período de dois anos, quando além da execução dos seminários, oficinas, foram criadas linhas de investimento visando impulsionar iniciativas nos estados: “apoio à coordenação da oferta de educação no sistema

prisional; formação dos profissionais envolvidos na relação de ensino-aprendizagem e elaboração/impressão de material didático”(UNESCO, 2008). Ao final destes dois anos o Ministério da Educação implementou avaliações das duas etapas do projeto, tendo como objetivo geral realizar diagnóstico das repercussões individuais para os presidiários alunos das escolas.

A Universidade Federal do Ceará³ executou a avaliação do 2º Ciclo do *Projeto Educando para a Liberdade* envolvendo os Estados do Acre, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará e Pernambuco. Concomitantemente desenvolveu um diagnóstico para o aprimoramento do *Projeto Educando para a Liberdade*.

Foi unanimidade entre os todos os sujeitos que participaram na pesquisa avaliativa a necessidade da formação. Reforçando o que já vinha sendo constatado desde a proposição do Educando para Liberdade, a relevância da preparação dos trabalhadores pertencentes ao referido sistema, visto sua relação direta com os sujeitos privados de liberdade e com os seus educadores.

No Ceará após a conclusão da avaliação foram propostas formações. Inicialmente, um curso de aperfeiçoamento para gestores, técnicos, agentes e educadores, no entanto, a incompatibilidade de horários não permitiu uma participação plena de todos os segmentos. Participaram da formação 300 profissionais do sistema prisional (agentes, gestores e técnicos) com base em oito distintas disciplinas que alcançam 200 horas/aulas.

Na sequência foi organizado o curso de especialização⁴ aprovado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Resolução FNDE/CD nº 48 de novembro de 2008.

O desejo de desenvolver um processo formador que possibilitasse uma formação teórica integrada a uma reflexão crítica sobre o fazer pedagógico e ainda a compreensão de que os professores-cursistas são sujeitos ativos no seu processo de formação, estimulou uma escuta sensível sobre seus interesses/expectativas e necessidades da docência. Neste sentido nos apropriamos do pensamento de Freire (1987 p.9) ao ressaltar:

A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só

³ A avaliação foi desenvolvida por um grupo de especialistas liderados pelo Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola (UFC) executada entre 2007 e 2008.

⁴ O curso de aperfeiçoamento e de especialização foram propostos e organizados pela Universidade Federal do Ceará sob a responsabilidade do Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola. Parceira entre SECADI/MEC, UFC, Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização, SEJUS.

encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica (FREIRE, 1987, p. 9).

Essa compreensão nos impulsionou no sentido de que a primeira ação do curso consistisse em uma reunião com o grupo de professores⁵-, com o intuito de solicitar destes a escolha das áreas nas quais houvesse maior interesse e maior necessidade de formação. Após ampla discussão dos professores, as seguintes demandas foram identificadas: abordagem de temas associados à *Educação de Jovens e Adultos (EJA)*, à *Educação Prisional e as Ciências Humanas*.

O curso foi organizado em três módulos, sendo o Básico voltado para a EJA, o Específico direcionado a EJA no sistema prisional, de forma a contemplar as atividades do cotidiano carcerário, as experiências dos professores, bem como a realidade na qual atuam os referidos profissionais alvos da ação, e um terceiro módulo destinado à atividade de pesquisa.

Intercalamos também dois momentos de partilha de experiência através de seminários⁶ onde os professores ouviam os teóricos, participavam de debates associando o que ouviam a sua realidade e escreviam reflexões sobre estes momentos, indicando os ganhos teóricos, concordâncias e discordâncias. Os educadores interagiram com outras experiências refletindo como poderiam contribuir com a prática que eles desenvolviam.

Buscamos sempre desvincular a EJA da ideia de suplência, divulgando-a como estímulo à oportunidade de aprendizagem a todos, em particular, os marginalizados e excluídos além o incentivo à participação, inclusão e equidade, combatendo os efeitos cumulativos de múltiplas desvantagens, através da inclusão como via para o desenvolvimento humano, social e econômico, contribuindo para o convívio digno e humano, conforme é preconizado nos documentos da V e VI Confinteas.

IDENTIFICANDO OS PROTAGONISTAS DA AÇÃO

⁵ Essa reunião realizou-se em 17/03/2010, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof. Neudson Braga, com os coordenadores do curso professores Wagner Andriola e Maria José Barbosa, os professores do sistema e a coordenadora Profa. Magnólia Maria Costa (SEDUC).

⁶ No primeiro seminário contamos com o Prof. Elionaldo Julião que provocou os educadores a questionarem as suas práticas. No segundo seminário além de Julião e Carlos Teixeira, contamos com a participação de representantes de iniciativas educacionais de EJA do IFCE – Projea, SEDUC – Coordenação da Diversidade e Inclusão, Fórum de EJA, Núcleo de EJA História e Memória – UFC.

Trazemos para nossa reflexão o perfil dos educadores cursistas, com a intenção de dar uma identidade aos sujeitos participantes desta ação.

A compreensão da importância do conhecimento sobre quem seriam os sujeitos da formação (professores cursistas) quanto a área de formação Inicial (graduação), experiências em docências e espaços de atuação motivou a elaboração do perfil de entrada dos educadores. Aplicamos um questionário com questões que identificavam o educador e questionava sobre a compreensão de educação, EJA, sua prática da unidade, é sobre estas informações que nos deteremos a seguir.

No curso os sujeitos são de variados espaços de privação de liberdade⁷, além de concludentes dos cursos de pedagogia das universidades públicas federal e estadual, técnicos da SEDUC e SEJUS.

Local de trabalho ou origem dos educadores cursistas

LOCAL DE TRABALHO OU ORIGEM	Nº
Centros Sócio Educativos	39
Presídios e casas de detenção	42
Cadeias	18
Instituto de Psiquiatria	04
Alunos concludentes do curso de Pedagogia (UECE, UVA, UFC)	10
Escolas de EJA	04
Técnicos SEDUC/SEJUS/STDS	03
TOTAL	120

Dos 120 matriculados, 114 responderam ao questionário e destes 69,3% (79) eram mulheres e 30,7% (35) homens. A maioria se denominou pardo, com idade média de 39,9 anos os homens e 38,2 anos as mulheres. 40% deles já possuíam outra especialização e 33% (38) tem alguma formação em EJA. Apresentam em média 3,3 anos como professor do sistema, individualmente encontramos professores que estão no sistema a 15 anos, inexplicavelmente como professor temporário.

Sentimos nos educadores três grandes fragilidades: os saberes científicos relacionados a didática, a EJA e a educação no sistema prisional (discutidos adiante), a condição de temporário e o conceito de escola.

Ser temporário é uma categoria empregatícia de 85% dos educadores, estes contratos tem duração de dois anos, ao final dos quais eles participam de novo processo de seleção para tentarem permanecer em seus cargos. Esta situação prejudica o bom andamento da

⁷ Os centros sócio educativos são os locais para onde são encaminhados os menores infratores que cumprem medidas sócio educativas. Cadeias são locais onde provisoriamente ficam os infratores maiores de 18 anos e os presídios são casas onde são cumpridas as penas, assim como Instituto Psiquiátrico

escolarização, pois cria uma relação de subserviência dos professores com a coordenação, que acaba inibindo a autonomia do professor, cria uma instabilidade que faz com que o professor se submeta sem criticidade e discordâncias as determinações da SEDUC ou da SEJUS, mesmo tendo conhecimento da inviabilidade na execução da ação.

Tivemos oportunidade de constatar esta realidade no início e ao final das disciplinas do curso. Após a aprovação e liberação do financiamento do curso tivemos que aguardar a seleção dos educadores para dar início ao curso o que nos fez adiar quase um semestre. Ao final do curso finalizaram os contratos dos professores cursistas o que provocou instabilidade emocional dos mesmos preocupados com a manutenção emprego e com o pouco tempo para se preparem para uma nova seleção. Somente três professores não foram aprovados na seleção. Dos aprovados alguns permaneceram nos mesmos lugares, outros tiveram que se engajar em outras unidades ou em escolas regulares.

Um fato interessante ocorreu com os cursistas que eram egressos dos cursos de Pedagogia, eles participaram da seleção e foram aprovados, ingressando assim como professores nos centros de educação.

A escolarização em ambientes de privação de liberdade no Ceará se dá até o momento sem certificação dos educandos, os professores são ligados aos Centros de Educação de Jovens e Adultos (escolas só para adultos), e os alunos fazem a certificação através dos exames anuais, Exame Nacional de Certificação em EJA - ENCEJA para o ensino fundamental; e Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, para aqueles que estão cursando o ensino médio. Consideramos importante resgatar o que aponta Onofre (2011, p. 274) no que se refere ao conceito de escola dentro da unidade. “Uma escola competente [...] trabalha no sentido de proporcionar formação e informação, juntas”. Ela enfatiza a importância da participação do aluno como sujeito e não paciente do processo educativo. Segundo depoimento dos professores a escolarização ocorre de forma frágil, sem certificação, com carência de material didático, os alunos são rotativos, o professor está sempre iniciando, o que prejudica o processo de formação.

Os professores dos centros sócio educativos também tem reclamações sobre a escolarização nas unidades. Alguns trabalham a educação formal em uma estrutura mais adequada a informal, pois passam apenas 45 dias com o educando. Não há garantia do tempo pedagógico que é sempre sacrificado em relação a outras atividades, como: ida ao médico, dentista, psicólogo, cursos extras, são muitas ações jogadas nos horários de aula, desconsiderando o planejamento do professor.

Nas cadeias a realidade ainda é pior, considerando que em varias delas não existe sala de aulas, os espaços são improvisados, além da faltas de materiais e escassez de recursos pedagógicos.

Esta realidade não é particular do Ceará, o contexto em que se desenvolve a educação das pessoas privadas de liberdade no Brasil, é marcado pela ausência de condições políticas e pedagógicas para que ocorra aprendizagem significativa e cidadã. Vasquez (2011) ao analisar um documentário que enfocava o descaso do governo com o Sistema penitenciário brasileiro levantou a questão sobre a contribuição que as escolas instaladas nas instituições prisionais têm contribuído para “reeducar” o interno? Partindo desta compreensão questiona-se:

- Como construir processos pedagógicos que possibilitem formar sujeitos críticos e cidadãos em espaços tão carentes?

- Como esperar competência técnica e pedagógica e ainda, atuação crítica dos professores, se esses lutam cotidianamente para adequar o seu fazer docente à condições estruturais e materiais de tantas carências, além do que na conjuntura de poder, não podem posicionarem-se criticamente sobre as precárias condições de trabalho?

No diagnostico indagamos a motivação destes educadores para trabalhar no sistema, a resposta predominantemente foi a identificação com a educação prisional, seguido da consideração de ser um desafio pessoal e outra resposta foi a que é um momento de aprendizagem.

Para professores formadores foram convidados doutores ou mestres em educação, professores das Faculdades de Educação federal e estadual, que desenvolvessem pesquisas na área de EJA e/ou educação nas prisões. Apresentamos-lhes a proposta do curso e cada um deles organizou a ementa das disciplinas, além de dar sugestões de livros, textos, vídeos e músicas que explorariam ao ministrar as disciplinas⁸. Além dos formadores ligados a educação contamos também com formadores da área de Direito que tivessem ligação com o tema.

O PERCURSO DA DOCÊNCIA NO CURSO

⁸ Para facilitar a pesquisa e ampliar as possibilidades de leitura de fontes relacionadas a EJA e educação em espaços de privação de liberdade organizamos um site: www.sites.google.com/site/educandoparaliberdade. Onde os educadores cursistas podem acessar o material teórico das disciplinas além de obter informações administrativas do curso.

Comumente quando nos referimos a curso de especialização, a discussão se direciona à concepção de um curso de aprofundamento teórico que deva possibilitar uma sólida formação teórica em determinada área do conhecimento. Em parte isso é coerente, e acredita-se, resultante das práticas construídas historicamente. Entretanto, defendemos que a formação teórica deve ser intrinsecamente relacionada à prática. A prática da educação em unidades de privação de liberdade ainda é um tema pouco explorado e muito carente, estudá-lo obrigatoriamente, tem que partir da reflexão daqueles que a desenvolvem. Este mergulho poderá iluminá-la, revelando respostas para as questões que inquietam os educadores.

Sabemos que a docência exige muito de nós. É também uma atividade muito prática, por isso, é que comumente nos cursos de formação, os professores demonstram mais interesse pela prática do que pela teoria, apesar, de saberem que toda prática tem um fundamento teórico e vice-versa. Compreendemos que essa atitude consciente ou inconscientemente relaciona-se às condições de trabalho dos professores que na maioria das vezes, são tão precárias de modo que a busca por alternativas pedagógicas que funcione em sala de aula, se torne mais evidente do que a necessidade de compreensão teórica da sua prática. Por compreender os interesses e necessidades dos professores cursistas, foi que a construção político pedagógica do curso em estudo fez um esforço em fundamentar sua trajetória na “ação-reflexão-ação “ concepção freireana que contribuiu significativamente para que o fazer docente persistisse numa construção permanente de relação teoria e prática na perspectiva de que a teoria consiga refletir o cotidiano da sala de aula dos professores cursistas.

Freire em uma de suas reflexões sobre formação defende que o processo de formação do educador deve possibilitar a compreensão de que:

[...] a responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, (...) de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade. Esta atividade exige (...) que sua formação se torne um processo permanente. (...) formação que se funda na análise crítica de sua prática
(FREIRE, 1992, p. 28).

Ainda nos apoiando no pensamento freireano nos reportamos a um diálogo de Freire com Shor, momento em que refletem sobre a plenitude das atividades dos educadores advertem que:

O educador de ser um inventor e um reinventor constante dos meios e dos caminhos com os quais facilite mais e mais a problematização do objeto a ser desvelado e finalmente apreendido pelos educandos. Sua tarefa não é a de servir-se desses meios e desses caminhos para desnudar, ele mesmo, o objeto e, depois entrega,

paternalisticamente, aos educandos, a quem negasse o esforço da busca, indispensável, ao ato de conhecer.(FREIRE E SHOR, 1987 p.19)

Rios (1993) apud Lima (2001 p. 36), também colabora com essa discussão quando ao tratar da competência do professor apresenta duas dimensões distintas e, ao mesmo tempo, profundamente articuladas, "... a técnica e a política, que longe de serem dicotômicas, interpenetram-se e complementam-se. Há nesse caso, um compromisso ético articulado a dimensão política, mediatizado pela técnica”.

A primeira disciplina ministrada no curso, foi Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, sendo assim, considerou-se importante desenvolver uma ação docente em que o trabalho com os conteúdos fossem articulados a uma dinâmica pedagógica que possibilitasse a construção do grupo. Onde os professores cursistas identificassem o sujeito com quem trabalhavam, além de se verem como sujeitos na ação. Nesta perspectiva buscou-se trabalhar os conhecimentos teóricos e práticos, através de metodologias interativas, criativas e participativas possibilitando assim, a aprendizagem dos conteúdos e também o desenvolvimento de relações de companheirismo, solidariedade e respeito entre os professores cursistas que passariam então a constituírem um grupo de estudo. Neste sentido, o diálogo se constituiu como significativo instrumento metodológico. Para tanto, as aulas foram ministrada de modo que as atividades vivenciadas pudessem ser adaptadas a pratica pedagógica no sistema prisional.

Visando o desenvolvimento de uma docência mais próxima da realidade dos professores cursistas foi feita uma sondagem diagnóstica escrita e individual com objetivo de iniciar o processo de conhecimento sobre quem são os sujeitos do curso (professores cursistas) que integram a disciplina e de conhecer suas experiências pedagógicas. A mesma foi norteadada pelas questões:

- Quem sou eu enquanto educador de pessoas privadas de liberdade?
- Quais são as contribuições da minha prática docente para a ressocialização dos educandos privados de liberdade?

Em relação às expectativas do grupo, nota-se que há uma tendência a valorização do “como fazer”, entendemos, que isso é resultante das parcas e/ou da ausência de formação continuada para trabalhar as questões específicas da eja na educação prisional.

Na disciplina Estratégias Metodológicas trouxemos para sala de aula a discussão sobre práxis pedagógica, o sentido era refletir sobre o fazer de cada um, produzindo novos conhecimentos que problematisassem e reorientassem suas práticas. A escolarização em ambientes de

privação de liberdade requer do professor criatividade, conhecimentos técnicos e ampla capacidade de adaptação, pois um dia nunca é igual a outro, os acontecimentos do contexto interferem na sala de aula.

Durante as aulas os professores cursistas foram incentivados a falarem sobre sua prática, articulando aos saberes que eram expostos nos textos lidos, além de ouvirem relatos sobre a experiência do MOVA e do ProJovem Campo Saberes da Terra, nestes momentos eles participaram bastante, fizeram muitas perguntas aos professores que foram apresentar as experiências e ao final observaram o que destas experiências poderiam aplicar em suas salas de aula. Ao final da disciplina analisaram a proposta pedagógica do sistema, fizeram proposições importantes e sugeriram alterações para a mesma.

Nas demais disciplinas observamos que todos os professores formadores continuaram na linha de aprofundar os saberes através da prática de cada. Foram desenvolvidos trabalhos que proporcionaram aos educadores cursistas elaborarem projetos de intervenção, explorassem textos de Paulo Freire através da arte, aprofundassem o estudo dos direitos humanos a partir das relações vivenciadas nas unidades, relacionassem EJA e inclusão através do estudo educação especial.

APRENDIZAGENS DA PRÁTICA

As percepções por parte de alguns dos professores formadores⁹ são de que a docência foi norteadada pelo esforço e persistência na criação de estratégias pedagógicas que possibilitassem trabalhar a relação teoria e prática, tendo como referencial o dialogo, neste sentido, questionou-se: Como então, trabalhar os conteúdos de forma dinâmica, participativa, aprofundando-os teoricamente e refletindo sobre a prática? Os relatos são de que ao final de cada encontro, ocorriam novas aprendizagens sobre o contexto da educação no sistema prisional as quais geravam inquietações quanto a necessidade de redimensionar o planejamento pedagógico do encontro seguinte.

Quanto ao processo de aprendizagem dos conhecimentos trabalhados na disciplina, constatou-se muito interesse pelas temáticas estudadas, participação nos debates e nas reflexões, por boa parte da turma. É importante lembrar que na formação em nível de especialização, a expectativa em geral, é de participação mais qualificada. No curso em

⁹ Fundamenta-se nos relatórios das disciplinas sujeitos da EJA Estratégias Metodológicas da EJA, Formação de Professores na EJA, e em relatos informais de alguns dos professores formadores sobre as aprendizagens da docência no curso.

questão, também se confirmou essa expectativa, considerando que 40% dos participantes já eram especialistas em outras áreas da educação, neste sentido, a percepção dos professores formadores é de que, por parte de alguns dos cursistas, a compreensão sobre as temáticas estudadas, ainda, se situavam muito próximas do senso comum.

Em relação ao processo de avaliação da aprendizagem, as atividades foram desenvolvidas de modo que os professores cursistas demonstrassem suas aprendizagens a partir participação em debates, vivências das temáticas trabalhadas em sala de aula e também de atividades escritas individuais com questões discursivas, interpretativas e de reflexão sobre a prática pedagógica. A análise das atividades de avaliação demonstraram que boa parte dos professores cursistas apresentam dificuldades em relação a:

- a) Capacidade de síntese, clareza e ordenação das idéias;
- b) Capacidade de estabelecer diálogo discursivo e reflexivo com os teóricos estudados no curso;
- c) Compreender as idéias centrais do texto;
- d) Direcionar suas respostas para o “foco” do que foi solicitado em cada questão e,
- e) Problemas relacionados a questões gramaticais, ortográficas e discursivas.

É importante registrar que essas considerações foram socializadas em sala de aula e que não têm o sentido de desvalorizar e/ou desconsiderar o esforço, compromisso e evolução no processo de ensino aprendizagem dos professores cursistas, e sim, refletir sobre as possibilidades e os limites dos cursos de especialização em suprir lacunas acumuladas ao longo do processo de escolarização dos cursistas. Defendemos que sejam percebidas como desafios que devam nortear a elaboração de estratégias de intervenção na superação das dificuldades de aprendizagem, as quais, entendemos, são consequência da baixa qualidade de ensino que ainda persiste na educação brasileira.

As limitações que os educadores cursistas demonstram sobre EJA e sobre Educação no Sistema Prisional, acreditamos que se devam as formações inadequadas, a pouca inserção da EJA nos currículos dos cursos de graduação, a sobrecarga de trabalho, e a concentração da preocupação dos gestores na regulação do trabalho do professor em sala de aula (pontualidade, assiduidade) e menor preocupação no suporte didático-pedagógico e político. Algumas destas inferências foram feitas por Machado (apud PORCARO, 2011) em um estudo realizado sobre a produção científica em EJA no período de 1986 a 1998, onde a pesquisadora constata que a “vida profissional dos docentes não possibilita seu aperfeiçoamento por meio de estudos ou cursos e que, quando de alguma forma existe este

aperfeiçoamento, a formação recebida é insuficiente e inadequada para atender às demandas”. (PORCARO, 2011, p. 34)

A percepção de escola também é muito importante nas unidades de restrição de liberdade, conforme Onofre (2011, p. 142)

a conformação do espaço escolar nas prisões relaciona-se ao contexto em que a escola se estabelece, sendo permeada pela dinâmica carcerária, mas guardando no entanto, características no que dizem respeito ao que se espera ver concretizado em seu interior, e que são historicamente construídas.

Nossa reflexão sobre escola é de que nas prisões ou em espaços sócio educativos, as salas de aula vão refletir as relações de poder dos diferentes segmentos que compõem o universo carcerário, e não há como estabelecer comparações com escolas regulares, desta forma mesmo os professores tendo experiências escolares anteriores aos seus trabalhos nestas unidades, eles não poderão tomá-las como um parâmetro para comparação, a não ser a experiências dos professores que trabalham ou já trabalharam nestes ambientes, a percepção dos coordenadores pedagógicos ou as pesquisas publicadas sobre o assunto (que não existem em número significativo).

No momento os professores cursistas estão elaborando seus trabalhos de conclusão de curso, todos eles estão escrevendo a partir de suas práticas. As reflexões desta experiência nos permitem levantar alguns aspectos importantes:

- a necessidade de formação continuada é vital para o andamento das ações dos educadores, dada a aridez do tema, existem grandes desafios a serem vencidos na educação nas prisões;

- o cuidado em divulgar entre os educadores de EJA os documentos produzidos, como legislação federal, estadual e municipal, acordos nacionais e internacionais, cartas de intenções, etc, para que encontrem subsídios para orientar suas práticas;

- sugerir que as formações tragam em seus princípios o diálogo da teoria com a prática propiciando aos educadores do sistema reorganizarem suas ações a partir de uma ação refletida;

- incentivar a participação dos educadores do sistema no Fórum de Educação de Jovens e Adultos para dar-lhe visibilidade e contribuir para sua formação política;

A experiência da docência possibilitou muitas aprendizagens em relação a compreensão do contexto social, político e cultural em que se desenvolve a EJA no sistema prisional do Ceará. O aprofundamento teórico na área de EJA no sistema prisional também

se constitui como significativa para os professores formadores. Ademais, é importante ressaltar que tais aprendizagens foram possíveis devido ao compromisso desses com a qualidade docente do curso. No processo de aprendizagens com a docência foram determinantes as experiências dos professores cursistas que interagiram de forma construtiva e comprometida com as atividades desenvolvidas em sala de aula.

Ressalta-se também, a persistência em construir uma docência fundamentada nos princípios da educação libertadora, e em especial, na compreensão de que é o HOMEM deve ser o centro do processo educativo. Sendo assim, consideramos que o acesso ao saber sistematizado deve ter como principal objetivo a formação ética, política, socioeconômica e cultura para a emancipação humana e para a transformação social da realidade em que estão inseridos os sujeitos da escolarização, no caso, os seres humanos em situações de privação de liberdade.

REFERENCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo, SHOR Ira. Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor. 2ª Ed. Paz e terra, 1987

LIMA, Maria do Socorro Lima. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente. Fortaleza, Democrito Rocha, 2001.

OLIVEIRA, E.F, et al (orgs.). Formação de Educadores de Educação de Jovens e Adultos. Anais do 3º Seminário Nacional. Porto Alegre: Deriva, 2011.

ONOFRE, E.M.C (org.) Educação escolar entre as grades. São Carlos: EdUSFSCar. 2007.

ONOFRE, E.M.C. *et al.*(orgs.) O Espaço da prisão e suas práticas educativas. Enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUSFSCar, 2011.

PORCARO, R. A formação do educador de jovens e adultos no Brasil e os desafios da construção de sua identidade docente. In LOCH, J.M. de P. ET AL (orgs.) Formação de Educadores de Educação de Jovens e Adultos. (III Seminário Nacional de Formação de Educadores de Educação de Jovens e Adultos, PoA-RS, 2010). Porto Alegre: Deriva, 2011.

UNESCO. Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília : UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.